

5 — Pode, ainda, a pedido do requerente e a título excecional, ser concedida a dispensa da prestação de garantia, por falta de condições económicas para a sua prestação.

6 — O requerimento referido nos n.ºs 4 e 5 deve ser devidamente fundamentado, podendo o ICP-ANACOM solicitar elementos comprovativos adicionais.

7 — A falta de pagamento atempado de qualquer das prestações importa o vencimento imediato das restantes.

#### Artigo 20.º

##### Cobrança coerciva

1 — Nos termos do artigo 2.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de dezembro, a falta de pagamento voluntário das taxas devidas ao ICP-ANACOM implica a extração de certidão de dívida, que constitui título executivo em processo de execução fiscal e deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do devedor, incluindo o número fiscal de contribuinte;
- b) Proveniência da dívida e seu montante;
- c) Número da nota de liquidação;
- d) Elementos que serviram de base à liquidação;
- e) Data a partir da qual são devidos juros e importância sobre que incidem;
- f) Quaisquer outras indicações úteis para o eficaz seguimento da execução;
- g) Assinatura do emitente e data da certidão.

2 — O ICP-ANACOM procede ao envio de um aviso ao sujeito passivo, por via postal simples, antes de proceder à extração da certidão de dívida para efeitos de cobrança coerciva.

#### Artigo 21.º

##### Prescrição

1 — As dívidas por taxas ao ICP-ANACOM prescrevem no prazo de oito anos a contar do termo do ano em que se verificou o facto tributário.

2 — A citação, a reclamação, o recurso hierárquico, o pedido de revisão oficiosa e a impugnação judicial interrompem a prescrição.

3 — O prazo de prescrição suspende-se durante o período de pagamento em prestações ou enquanto não houver decisão definitiva ou transitada em julgado, que ponha termo ao processo, nos casos de reclamação, recurso hierárquico, pedido de revisão oficiosa, impugnação, recurso judicial ou oposição à execução, quando haja lugar à suspensão da cobrança da dívida.

#### Artigo 22.º

##### Notificações

1 — As notificações são efetuadas obrigatoriamente por carta registada com aviso de receção sempre que tenham por objeto atos ou decisões suscetíveis de alterar a situação tributária dos sujeitos passivos ou a convocação destes para assistirem ou participarem em atos ou diligências.

2 — Fora dos casos previstos no número anterior, as notificações são efetuadas por via postal registada, com ou sem aviso de receção, por via postal simples, por telefax ou por transmissão eletrónica de dados.

#### Artigo 23.º

##### Direito supletivo

São aplicáveis supletivamente as normas da lei geral tributária e do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 24.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor cinco dias após a data da sua publicação.

#### ANEXO

##### Meios de defesa a indicar nas notas de liquidação e cobrança referidas no artigo 7.º e nas notificações dos atos referidos nos artigos 8.º e 14.º

Nos termos dos artigos 68.º e 70.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, poderá ser apresentada reclamação graciosa no prazo de 120 dias contados a partir do termo do prazo para pagamento voluntário. A reclamação graciosa não tem efeito suspensivo da cobrança, salvo quando for prestada garantia adequada.

Nos termos do artigo 102.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, poderá ser apresentada impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa, no prazo de 90 dias a contar do termo do prazo para pagamento voluntário ou, em caso de indeferimento de reclamação graciosa, no prazo de 15 dias após a notificação do indeferimento.

Nos termos do artigo 68.º, n.º 2 do Código de Procedimento e Processo Tributário, não pode ser deduzida reclamação graciosa quando tiver sido apresentada impugnação judicial com o mesmo fundamento.

206307805

## UNIVERSIDADE DE AVEIRO

### Edital n.º 740/2012

Doutor Manuel António Cotão de Assunção, professor catedrático e reitor da Universidade de Aveiro, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se encontra aberto concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de um posto de trabalho de professor catedrático, na área disciplinar de Ciências e Engenharia do Ambiente.

O presente concurso, aberto por despacho de 2 de agosto de 2012, do Reitor da Universidade de Aveiro, rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária, adiante designado por ECDU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento Interno dos Concursos para a Contratação de Pessoal Docente em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, adiante designado por Regulamento, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 16 de novembro de 2010.

1 — Requisitos de admissão:

1.1 — Ao presente concurso poderão candidatar-se os titulares há mais de cinco anos do grau de doutor, igualmente detentores do título de agregado.

1.2 — Os opositores ao concurso detentores de habilitações obtidas no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento, equivalência ou registo do grau de doutor, nos termos da legislação aplicável.

2 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade de Aveiro, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação do candidato pelo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e eletrónico;
- c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- d) Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Cópia do *curriculum vitae* contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do ponto 5 do presente edital, recomendando-se que o mesmo seja organizado de acordo com os subfatores de avaliação discriminados abaixo, no ponto 6;
- b) Cópia de trabalhos que hajam sido selecionados pelo candidato como mais representativos do seu *curriculum vitae*, até um máximo de dois;
- c) Projeto académico que o candidato se propõe desenvolver para a área disciplinar de Ciências e Engenharia do Ambiente;
- d) Documento que evidencie de forma objetiva o número das citações às publicações indicadas no currículo e explicação do método usado para a contagem, com o detalhe suficiente para que o júri possa reproduzir o procedimento, de acordo com o ponto 6.1.1;
- e) Cópia do Bilhete de Identidade e da identificação fiscal ou, em alternativa, do Cartão do Cidadão e para os cidadãos estrangeiros cópia de documentos equivalentes;
- f) Declaração do candidato sob compromisso de honra na qual assegure não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar, possuir a robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;
- g) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes.

2.3 — Do *curriculum vitae* deve constar:

- a) Identificação completa;
- b) Forma de contacto, morada, telefone e endereço eletrónico;
- c) Categoria, grupo ou disciplina, tempo de serviço como docente e instituição de ensino superior universitária ou politécnica a que pertence, sempre que aplicável;
- d) Especialidade adequada a área disciplinar para que foi aberto o concurso;
- e) Cópia de certificados de habilitações com a respetiva classificação ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
- f) Documentos comprovativos de todos os elementos identificados nas alíneas a), c), d) e e) do ponto 2.3.

2.4 — Os candidatos pertencentes à Universidade de Aveiro ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

2.5 — Forma de apresentação da candidatura:

2.5.1 — A apresentação da candidatura, podendo ser apresentada em língua portuguesa ou inglesa, é efetuada por via eletrónica para o endereço da Área dos Recursos Humanos da Universidade de Aveiro (sgrhf-concursos@ua.pt), até à data limite fixada neste edital.

2.5.2 — Na apresentação da candidatura por via eletrónica é obrigatória a emissão de uma mensagem comprovativa da validação eletrónica da mesma.

2.6 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas a) a f) do n.º 2.2 determinam a exclusão da candidatura.

2.7 — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU, o júri pode, sempre que o entenda necessário, solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o currículo apresentado, determinando o prazo para o efeito.

3 — Júri do concurso:

3.1 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção, reitor da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Professor Doutor Fernando José Pires Santana, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Professor Doutor Carlos Albino Veiga da Costa, professor catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Professor Doutor Francisco Carlos da Graça Nunes Correia, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

Professor Doutor Domingos Xavier Filomeno Carlos Viegas, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Professor Doutor Carlos Alberto Diogo Soares Borrego, professor catedrático da Universidade de Aveiro;

Professor Doutor Casimiro Adrião Pio, professor catedrático da Universidade de Aveiro;

Professora Doutora Celeste de Oliveira Alves Coelho, professora catedrática da Universidade de Aveiro.

3.2 — As deliberações são tomadas por votação nominal fundamentada, por Maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

4 — Admissão e exclusão de candidaturas:

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, processam-se em conformidade com o previsto no artigo 20.º do Regulamento.

5 — Métodos e critérios de avaliação:

5.1 — O método de seleção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar o desempenho científico, a capacidade pedagógica e o desempenho noutras atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior.

5.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios, de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso:

- a) O desempenho científico do candidato na área disciplinar de Ciências e Engenharia do Ambiente;
- b) A capacidade pedagógica do candidato na área disciplinar de Ciências e Engenharia do Ambiente;
- c) A cooperação e transferência de conhecimento;
- d) A gestão universitária.

Para além dos critérios referidos, a avaliação curricular terá em consideração o Projeto académico que o candidato se propõe desenvolver para a área de Ciências e Engenharia do Ambiente.

6 — Parâmetros de avaliação

Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros, aos quais são atribuídos os fatores de ponderação indicados:

6.1 — Critérios para a avaliação da vertente Investigação

6.1.1 — Produção científica, nomeadamente publicação e edição de livros e publicação de capítulos de livros artigos em revistas e atas de conferências, expressa pelo número e tipo de publicações, e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores).

6.1.2 — Coordenação e participação em projetos nacionais e internacionais, avaliando-se a qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou, na área para que é aberto o concurso, financiados numa base competitiva por fundos públicos, através de agências nacionais ou internacionais. Na avaliação da qualidade deve atender-se ao financiamento obtido, ao grau de exigência do concurso, às avaliações de que foram objeto os projetos realizados.

6.1.3 — Reconhecimento pela comunidade, nacional e internacional, nomeadamente através da atribuição de prémios de reconhecimento científico, participação em atividades editoriais, avaliação de programas e projetos e convites para participação em palestras, concursos e comités científicos de conferências.

6.1.4 — Outras atividades e méritos relacionados com as atividades de investigação, designadamente ações de divulgação e difusão científica e prémios e menções relevantes.

6.2 — Critérios para avaliação da vertente Ensino

6.2.1 — Produção de material didático pedagógico, designadamente publicações e edições de livros, materiais digitais, aplicações informáticas e protótipos experimentais.

6.2.2 — Acompanhamento e orientação de estudantes, nomeadamente, de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de Formação, de Mestrados Integrados, de Cursos de Especialização Tecnológica (CET), de Cursos de Formação Especializada (CFE) e de Cursos de Formação Avançada (CFA) e supervisão de trabalhos de pós-doutoramento.

6.2.3 — Lecionação e coordenação de unidades curriculares, avaliando-se a qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato recorrendo, sempre que possível, a métodos objetivos baseados em recolhas de opinião alargadas (inquéritos pedagógicos).

6.2.4 — Outras atividades relacionadas com a atividade de ensino, nomeadamente através da coordenação de programas conjuntos internacionais, a participação em programas de mobilidade docente, a participação em júris de provas académicas e o cumprimento de obrigações administrativas inerentes à atividade de ensino.

6.3 — Critérios para avaliação da vertente Cooperação e Transferência de Conhecimento

6.3.1 — Patentes, registo e titularidade de direitos, elaboração de normas técnicas e de legislação. Autoria e coautoria de patentes, registos de titularidade de direitos de propriedade intelectual sobre software, métodos matemáticos e regras de atividade mental. Participação em comissões de normalização e na elaboração de projetos legislativos e de normas técnicas. A avaliação deste critério deve ainda ter em conta a valorização económica resultante das patentes e direitos de propriedade intelectual.

6.3.2 — Serviços de consultoria, testes e medições. Participação em atividades de consultoria, testes e medições que envolvam o meio empresarial e ou o setor público. Participação como docente em cursos de formação profissional ou de especialização tecnológica dirigidos para empresas ou para o setor público. A avaliação deste critério deve ainda ter em conta a valorização económica dos resultados de investigação alcançados, medida pelos contratos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia a que deram origem e as empresas de spin-off para cuja criação tenham contribuído.

6.3.3 — Divulgação de ciência e tecnologia. Participação em iniciativas de divulgação científica e tecnológica para diversos públicos. Publicações de divulgação científica e tecnológica.

6.4 — Critérios para avaliação da vertente Gestão Universitária

6.4.1 — Exercício de cargos em órgãos comuns da Universidade, em órgãos de unidades de ensino, e ou de investigação e ou de ensino e investigação.

6.4.2 — Direção de unidades de investigação e de entidades instrumentais e coadjuvantes.

6.4.3 — Direção de cursos dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de Formação, Mestrados Integrados, CET, CFE, CFA e planos de formação adicional.

6.4.4 — Outros cargos não incluídos nas alíneas anteriores, bem como quaisquer outros cargos atribuídos pelos órgãos competentes.

6.4.5 — Participação em júris de concursos de contratação de pessoal e de procedimentos de aquisição de bens ou serviços.

6.5 — Critérios para avaliação do Projeto Académico

O projeto académico que o candidato se propõe desenvolver para a área disciplinar em concurso será avaliado tendo em conta o mérito absoluto, com particular relevo para a demonstração da mais-valia para as atividades departamentais, no contexto da missão universitária, explicitando a relação com as vertentes de investigação, ensino, cooperação e transferência de conhecimento e gestão universitária, e identificando quais os recursos necessários para atingir os objetivos propostos e como os obter.

6.6 — Os pesos associados às vertentes e critérios e são os indicados na tabela seguinte:

Tabela

Pesos associados às vertentes e critérios de avaliação

Vertentes	Pesos	Critérios	Pesos
Investigação	P1=0,4	Produção científica (C11)	P11=0,45
		Coordenação e participação em projetos científicos (C12)	P12=0,20
		Submissão de candidaturas de projetos científicos (C13)	P13=0,10
		Reconhecimento pela comunidade científica (C14)	P14=0,15
		Outras atividades (C15)	P15=0,10
Ensino	P2=0,3	Produção de material didático-pedagógico (C21)	P21=0,25
		Acompanhamento e orientação de estudantes (C22)	P22=0,25
		Lecionação e coordenação de unidades curriculares (C23)	P23=0,25
		Outras atividades (C24)	P24=0,25
Cooperação e Transferência de conhecimento.	P3=0,1	Patentes, registo e titularidade de direitos, elaboração de normas técnicas e de legislação (C31)	P31=0,40
		Serviços de consultoria, testes e medições (C32)	P32=0,40
		Divulgação de ciência e tecnologia (C33)	P33=0,20
Gestão Universitária	P4=0,1	Exercício de cargos em órgãos da Universidade (C41)	P41=0,20
		Direção de unidades básicas e ou transversais de investigação (C42)	P42=0,20
		Direção de Cursos (C43)	P43=0,20
		Outros Cargos (C44)	P44=0,20
		Participação em júris de concursos de contratação de pessoal e de procedimentos de aquisição de bens ou serviços (C45)	P45=0,20
Projeto Académico	P5=0,1	(C5)	

7 — Avaliação e seleção:

7.1 — Finda a fase de admissão ao concurso, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios e os parâmetros constantes do presente edital.

7.2 — O júri delibera sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na área disciplinar do concurso e tendo ainda em conta, cumulativamente, o cumprimento dos seguintes requisitos especificados:

7.2.1. — Ser autor ou coautor de pelo menos trinta artigos indexados no Science Citation Index Expanded da ISI Web of Science como document type = article ou document type = review e de 300 citações (excluídas as auto citações). Aos candidatos compete fazer prova da satisfação do requisito expresso acima, indicando a chave a utilizar na busca da ISI Web of Science que o comprove, ou incluindo no seu *curriculum vitae* listagem da mesma base de dados que o confirme.

7.2.2. — Ter agregação em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

7.3 — Numa primeira reunião, que poderá decorrer por teleconferência por decisão do presidente do júri, e após análise e admissão das candidaturas, o júri começa por decidir da aprovação dos candidatos em mérito absoluto. Para tal cada elemento do júri apresenta as candidaturas que entende não revestir, nas suas vertentes científica e pedagógica, nível compatível com a categoria para que é aberto o presente procedimento concursal, através de propostas escritas fundamentadas. Procede-se depois à votação de cada uma dessas propostas, não sendo admitidas abstenções. Uma candidatura é rejeitada em mérito absoluto se pelo menos uma proposta nesse sentido obtiver uma maioria de votos favoráveis, de entre os membros do júri presentes na reunião, caso em que as outras propostas no mesmo sentido, em relação ao mesmo candidato, já não serão votadas, podendo mesmo assim ser apenas à ata se algum membro do júri as quiser apresentar como justificação do seu voto. A decisão final sobre cada proposta, bem como o número de votos recolhidos por cada uma delas, e respetivas fundamentações, fazem parte integrante da ata.

7.4 — No caso de não aprovação em mérito absoluto, o júri procede à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido no artigo 20.º do Regulamento.

7.5 — O júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os fatores de ponderação, constantes do presente edital.

7.5.1 — Cada membro do júri valoriza, numa escala 0 a 100, cada critério ou vertente, para cada candidato.

7.5.2 — O resultado final é expresso na escala numérica de 0 a 100 e é calculado pesando cada critério com o peso correspondente o que conduz à pontuação da vertente que, por sua vez será usada com o peso que lhe está consignado para o cálculo da pontuação final.

Expresso como uma fórmula, o resultado final (*RF*) é calculado do seguinte modo:

$$RF = P1 * (C11 * P11 + C12 * P12 + C13 * P13 + C14 * P14 + C15 * P15) + P2 * (C21 * P21 + C22 * P22 + C23 * P23 + C24 * P24) + P3 * (C31 * P31 + C32 * P32 + C33 * P33) + P4 * (C41 * P41 + C42 * P42 + C43 * P43 + C44 * P44 + C45 * P45) + P5 * C5$$

8 — Ordenação e metodologia de votação:

8.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes fatores de ponderação constantes do presente edital.

8.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à ata, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

8.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

8.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos:

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. No caso de haver mais do que um candidato na posição de menos votado com pelo menos um voto, faz-se uma votação apenas sobre esses que ficaram empatados em último, para decidir qual eliminar. Para esta votação os membros do júri votam no candidato que está mais baixo na sua seriação; o candidato com mais votos é eliminado. Se nesta votação persistir empate entre dois ou mais candidatos, o presidente do júri decide qual o candidato a eliminar, de entre eles. Depois desta eliminação volta-se à primeira votação, mas apenas com os candidatos restantes. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. O processo repete-se para o segundo lugar, e assim sucessivamente até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos.

9 — Participação dos interessados e decisão:

9.1 — O projeto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos do

artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 25.º do Regulamento.

9.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

10 — Prazo de decisão final:

10.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final do júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas.

10.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e ou a especial complexidade do concurso o justifique.

11 — Publicação do edital do concurso:

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na bolsa de emprego público;
- b) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da internet da Universidade de Aveiro, nas línguas portuguesa e inglesa;
- d) Num jornal de expressão nacional.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 de agosto de 2012. — O Reitor, *Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção*.

206309133

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### Despacho n.º 11030/2012

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 83.º do regulamento n.º 344/2010, de 12 de abril, na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março e dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos docentes indicados, sem possibilidade de subdelegação, a presidência dos júris das seguintes provas de doutoramento:

#### Provas de doutoramento

Doutorando	Designação do doutoramento	Docente que preside ao júri das provas, por delegação		
		Nome	Categoria	Unidade orgânica
João Manuel Oliveira Ribeiro . . . .	Ciências da Educação, na especialidade de Análise e Organização do Ensino.	António Gomes Alves Ferreira.	Professor associado	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
Marcela Salomé Albuquerque Andrade de Matos.	Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica.	Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão.	Professora associada	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
Maria da Glória Marques Ferreira	Literatura Portuguesa: Investigação e Ensino.	Rita Maria da Silva Marnoto	Professora associada com agregação.	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Pedro Guilherme Pereira Martins da Silva.	Biologia, na especialidade de Ecologia.	Helena Maria de Oliveira Freitas	Professora catedrática	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
Susana Ribeiro dos Louros . . . . .	Biologia, na especialidade de Biologia Molecular.	Maria da Conceição Monteiro Pedroso de Lima.	Professora catedrática	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
Tony Richard de Oliveira de Almeida.	Engenharia Eletrotécnica, na especialidade de Materiais e Campo Eletromagnético.	Henrique José Almeida da Silva.	Professor associado	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Nas faltas, ausências ou impedimentos do presidente do júri aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 84.º do regulamento n.º 344/2010, de 12 de abril.

11 de julho de 2012. — O Reitor, *João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva*.

206309717

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Faculdade de Farmácia

#### Aviso (extrato) n.º 10849/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo n.º 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no Concurso externo de ingresso para a seleção de um estagiário com vista ao preenchimento de um lugar de técnico de informática de grau 1, nível 1 da carreira de técnico de informática, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 16 de dezembro de 2011, através do aviso n.º 24102/2011.

A lista unitária de ordenação final foi objeto de homologação por despacho do Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, em 25 de junho de 2012.

#### Lista de Ordenação Final

Nome	Classificação final
Fábio Diogo Miranda Pacheco. . . . .	14,13
Ricardo Alexandre Ferreira de Almeida . . . . .	13,2
Tiago Sérgio Saramago de Oliveira . . . . .	13,18
Carlos Manuel Guerreiro Filipe . . . . .	13,16
Marco Alexandre Martins Lourenço . . . . .	13,08
Nuno Miguel Ferreira de Oliveira . . . . .	12,98
Nuno Manuel Tavares Caetano Alves . . . . .	12,9
Sérgio David da Paz Duarte . . . . .	12,65
Rui Miguel Marques da Costa Cabral . . . . .	12,12
Fernando Nuno das Neves Lourenço Lopes . . . . .	11,77
Nuno Miguel da Cruz Cascata Barros . . . . .	11,68
Ana Patrícia Jordão Loureiro . . . . .	11,3
Aléxis Nicolas Fonseca Rebelo da Silva . . . . .	10,92